

Inteligência artificial revela as estratégias dos presidenciais no Instagram

Lula, o “filho do Brasil”, sempre nos braços da multidão. Jair Bolsonaro, o trabalhador, um político em movimento, seja no Congresso, seja em atividades de pré-campanha. Marina Silva, a persistente, a mulher que dá entrevistas, participa de eventos e que gosta de produzir frases de efeito. Ciro Gomes, o “Cirão da massa”, o homem do povo. Geraldo Alckmin, o político que faz, o candidato com realizações concretas para mostrar.

Essas são as imagens que os candidatos líderes das pesquisas presidenciais tentam projetar por meio de uma das principais mídias sociais, o Instagram, que é acessado mensalmente por mais de 50 milhões de usuários brasileiros. As conclusões são de um estudo inédito, que o **Congresso em Foco** publica com exclusividade. Conciliando rigor acadêmico com técnicas de inteligência artificial e com-

putação visual, a análise revela diferenças importantes entre os presidenciais.

Para produzir o trabalho *Em busca do melhor ângulo: a imagem dos presidenciais no Instagram – uma análise quanti-qualitativa com inteligência artificial*, o **Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (Ibpad)** analisou todas as imagens publicadas neste ano no Instagram por Lula (PT) – cuja condenação e prisão na **Operação Lava Jato** põem sua pré-candidatura em xeque –, Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB).

“A gente aplica a inteligência artificial para analisar e descobrir objetos e conceitos que por vezes ficam subjacentes. O objetivo é analisar estratégias e quais tipos de elementos os pré-candidatos a presidente estão utilizando para se posicionar no período pré-

eleitoral”, explica o coordenador do projeto e diretor de Pesquisa em Comunicação do Ibpad, Tarcizio Silva. “Por exemplo, o Alckmin é o que mais publica sobre iniciativas, de fato. O Lula é quem mais publica fotos de multidão, fotos com o povo. Conceitos de militarismo estão associados a Bolsonaro, ele utiliza isso de forma estratégica”, acrescentou Tarcizio, que é mestre e doutorando em Comunicação.

Nada é por acaso

O estudo parte do pressuposto de que não há escolhas aleatórias quando se trata de postagem em redes sociais. “Queremos comunicar aos espectadores controlando – na medida do possível – o modo pelo qual seremos enxergados pelo público. No caso de políticos, esse controle é – ou deveria ser – muito mais refletido, já que o aparato imagético publicado na internet ajuda a formar a

sua figura pública”, diz o relatório.

Faz mais de uma década que as mídias sociais têm relevância, e relevância crescente, no complexo de comunicação que envolve as campanhas políticas no Brasil e no mundo. Plataformas como Facebook, Twitter e Youtube são usadas para criar uma linha de contato mais direta entre candidatos e público. O uso eleitoral do Instagram é fenômeno mais novo, assim como a própria plataforma. Nesse aspecto, o estudo explora uma área de investigação incipiente no país. Incipiente e reveladora.

O Instagram, aponta o pesquisador sueco Kirill Filimonov, tem sido cada vez mais usado estrategicamente em campanhas políticas com os objetivos de: 1) disseminar mensagens; 2) mobilizar eleitores; 3) gerenciar a imagem do candidato e; 4) amplificar e complementar outros ca-

nais de comunicação direta com os eleitores.

Para analisar as postagens dos pré-candidatos a presidente, os especialistas do Ibpad usaram um recurso de inteligência digital desenvolvido pelo Google, o Google Vision. A ferramenta permite “ler” expressões faciais e reconhecer os elementos presentes em uma imagem, como objetos, lugares, ações, pessoas e marcas. Uma das suas vantagens é que ela possibilita agrupar, por similaridade, grande quantidade de imagens com mais precisão e muito mais velocidade do que um ser humano é capaz. Feito o agrupamento, entra em ação a inteligência humana, insubstituível na interpretação dos dados visuais e textuais.

(Um parêntese breve pros *nerds* na escuta. Da coleta à análise final, os pesquisadores do Ibpad usaram, além do Google Vision API, as seguintes ferramen-

tas: Netlytic, LibreOffice, Notepad++, Gephi Memespector, ImagenetPlotter, Inkscape e, claro, Python).

O quinhão de cada um(a)

Rede social favorita de alguns milhões de brasileiros, sobretudo dos estratos populacionais urbanos mais jovens, o Instagram é um território em que o deputado militar Jair Bolsonaro demonstra grande vantagem sobre os seus concorrentes. Dos pré-candidatos à Presidência da República, ele é o único que acumula mais de 1 milhão de seguidores no Instagram.

Lula, o segundo colocado, tem menos de 260 mil seguidores. Marina, Ciro e Alckmin ficam com números entre 95 mil e 120 mil.

O ex-governador de São Paulo é quem mais publica. Foram 514 posts nos primeiros cinco meses de 2018. Ciro foi o menos presente no Instagram: publicou apenas 16 imagens no mesmo período.

Subprocurador da República cobra da Justiça definição de candidatos “ficha suja” até a eleição

O subprocurador-geral da República Nicolao Dino defende o direito de candidatos “ficha suja” de pedirem registro para concorrer nas eleições. Apesar de não citar o nome do ex-presidente Lula (PT), a situação remete à do petista, que foi condenado em segunda instância no início do ano e está preso desde abril. Alvejado pela Operação Lava Jato, Lula está inelegível pela Lei da Ficha Limpa, mas não há regra que o impeça de registrar candidatura mesmo preso.

Dino, porém, faz uma ressalva: a Justiça Eleitoral deveria finalizar a análise dos casos até o dia das eleições. Hoje, o trâmite pode durar até a diplomação, que ocorre depois de terminado o pleito, apurados os votos e passados os prazos de questionamentos.

O subprocurador da República acredita que esta seria a solução para garantir o direito de qualquer pessoa poder se candidatar e, ao mesmo tempo, não trazer reviravoltas sobre o resultado do pleito.

Atualmente, a demora no julgamento sobre a elegibilidade de candidatos faz motivar uma “chuva de liminares” para garantir a permanência na disputa. O procurador avalia que as decisões provisórias trazem insegurança jurídica porque podem ser revertidas a qualquer momento. E o pior, para ele, é a situação dos eleitores, que ficam sem saber quem efetivamente pode receber o voto.

Dino foi vice-procurador-geral da República na gestão de Rodrigo Janot e hoje atua como coordenador da Lava Jato perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele era o preferido de Janot para comandar a Procuradoria Geral da República (PGR) mas, em ato inédito, o presidente Michel Temer (MDB) escolheu Raquel Dodge da lista tríplice apresentada pelos membros do Ministério Público. Dino tinha mais votos que Dodge.

O subprocurador é irmão do governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), que faz oposição ao governo de Temer.

Nicolao Dino conversou com o Congresso em Foco em Curitiba durante o Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, realizado em Curitiba na semana passada.

Congresso em Foco – O senhor está coordenando a força-tarefa da Lava Jato da PGR perante o STJ. Neste período pré-eleitoral, estão sofrendo pressão?

Nicolao Dino – Não tem notícia de pressões. Pressões podem ocorrer não no sentido imediato do termo, mas em situações que aqui e ali se percebe medidas que tem por objetivo restringir instrumentos de persecução, de investigação ou de produção de provas. Devemos estar atentos para assegurar que os mecanismos atuais sejam preservados, como a colaboração premiada, a leniência e condução coercitiva. Fala-se em restringir a colaboração premiada.

Retire-se a colaboração premiada do sistema normativo e você vai ver o prejuízo não apenas no combate a criminalidade econômica, mas também em outras situações como o contrabando de armas, tráfico de entorpecentes e organizações criminosas que se dedicam a roubos, a assaltos, latrocínios. Temos que pensar numa forma holística, sem passionalismo e de forma a preservar os instrumentos que são destinados para a defesa de valores sociais.

O instrumento de delação premiada está em risco hoje?

Não diria risco concreto, mas sempre há preocupação em face de tentativas de reformulação e portanto mitigação do instrumento.

Por parte do Congresso?

Eu sou otimista por excelência. Acho que o Congresso Nacional é a caixa de ressonância das legítimas expectativas da sociedade. Nessa perspectiva, o legislador, ao criar normas, deve buscar traduzir o que melhor atende as expectativas da sociedade. Eu acredito que o parlamento deva se pautar pela defesa do Estado que se repercute em benefício da sociedade.

O senhor comentou sobre a condução coercitiva, que foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Como o senhor avalia a repercussão para as operações como a Lava Jato?

A gente tem que pensar na condução coercitiva não sob a ótica de eventuais abu-

dos, mas sob a ótica da sua finalidade, sua razão de existir. É muito perigoso legislar ou julgar com base na eventual disfunção do mecanismo. Não se pode imaginar que, porque houve abuso, em caráter hipotético, a solução deva ser retirar a condução coercitiva do sistema normativo. Claro que não. Se há abusos, se há disfuncionalidades, vamos tratar os abusos e as disfuncionalidades, mas não vamos acabar com um instrumento importante para a obtenção de elementos de convicção.

Deveria haver correções nesse mecanismo para melhorar?

No plano normativo, as balizas estão corretamente postas. A questão se dá no plano de efetivação da norma. Quem requer e quem defere a condução coercitiva tem que ter a percepção da sua efetiva necessidade para um caso concreto. Nem tanto o mar e nem tanto a terra. Não se pode banalizar o instituto, mas também não se pode retirar porque alguém eventualmente tenha abusado da sua aplicação. Vamos garantir o instrumento e usá-lo na medida exata da sua importância tendo em vista o resultado que se pretende buscar.

Mas o senhor considera que a condução coercitiva havia sido banalizada?

É difícil falar de forma geral. Tem que fazer um levantamento global de casos de condução coercitiva pra verificar se, e quando, e em qual situação teria havido algum tipo de distorção.

Um comentário genérico em relação a isso teria o risco de cometer injustiças.

No caso da condução coercitiva do Lula, por exemplo.

Não vou comentar.

O que o senhor acha sobre negar o pedido de registro de um candidato inelegível?

Estamos diante de um sério dilema. Temos que, de um lado, garantir o direito de uma pessoa ser candidato, que é um direito fundamental, mas de outro lado temos que garantir mecanismos de estabilização das candidaturas. São dois valores constitucionais que estão em jogo e precisam ser balanceados. Eu vejo com preocupação uma certa hipertrofia em relação ao afastamento de causas de inelegibilidade. Hoje a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral considera que as hipóteses podem incidir até a data da diplomação. Mas o momento da eleição é quando devemos ter preenchido todos os requisitos de elegibilidade. Qualquer motivo de afastamento deve ser até a eleição e não até a diplomação.

O processo deveria ser antecipado?

Acho que a antecipação dos mecanismos de filtragem é benéfico, porque ela vai ao encontro a uma ideia de maior estabilização das candidaturas. Permite que os partidos definam seus candidatos e que a sociedade tenha mais segurança. As candidaturas

provisórias tendem a criar um estado artificial em relação ao eleitorado, que fica em dúvida sobre quem é efetivamente o candidato.

No caso de um candidato inelegível, mas sem o trânsito em julgado, o senhor defende que ele possa registrar sua candidatura?

As candidaturas provisórias são complicadas sob todos os ângulos: para o candidato, o partido, o eleitorado. São mais aspectos negativos do que positivos. Há que se preservar o direito de ser candidato. Mas, para essas situações vai ser muito difícil encontrar uma solução nas regras eleitorais. É uma escolha política antes de ser jurídica e normativa, que há de ser feita pelos partidos e pelos candidatos. Uma pessoa que foi condenada por improbidade administrativa em segundo grau com recurso em instância superior pode obter liminar para afastar a incidência da inelegibilidade e concorrer.

Mas a liminar é provisória e pode cair lá na frente. Pode ocorrer depois das eleições. E a consequência é a perda do mandato. E isso gera uma guerra de liminares. Não há segurança jurídica que resista a tanta instabilidade. Vice-procurador-geral da República na gestão de Rodrigo Janot, o subprocurador Nicolao Dino defendeu nesta 5ª feira (14.jun.2018) o direito de candidatos ficha suja pedirem registro ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para concorrer em eleições.

MDB, PT e PSDB receberão maiores fatias de fundo que financia campanhas eleitorais

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou, no dia (18), o valor total do Fundo Especial de Financiamento de Campanha que será transferido aos diretórios de 35 partidos políticos. O montante é de R\$ 1.716.209.431,00. MDB, PT e PSDB vão levar a maior

fatia. A distribuição é feita de acordo com o número de eleitos de cada legenda na Câmara e do Senado.

O fundo eleitoral será uma das principais fontes para financiar as campanhas das eleições deste ano, que é a primeira sem a permissão de doações

de empresas.

O MDB vai ficar com a maior parte dos recursos, com R\$ 234 milhões. O PT receberá 212 milhões e o PSDB, R\$ 185 milhões. Em seguida aparecem PP (R\$ 131 milhões) e PSB (R\$ 118,7 milhões).

Os recursos chegarão às legendas após a defini-

ção dos critérios para a sua distribuição entre os candidatos. Obrigatoriamente, 30% do valor é destinado ao custeio da campanha de candidatas mulheres e transexuais.

Em maio, o tribunal divulgou as normas para distribuição dos recursos: 2% devem ser divididos

igualmente entre todos os partidos; 35% entre aqueles que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados; 48% entre as legendas, na proporção do número de representantes na Câmara; e 15% entre os partidos, na proporção do número de representantes

no Senado.

Além do fundo eleitoral, há ainda o fundo partidário, cujos recursos também financiam as campanhas. Do total, 5% dos recursos são distribuídos igualmente e 95% por proporção dos votos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.